

Natal, 24 de março de 2011

**Do Presidente do Conselho Fiscal**

**Gilson Antônio Barbosa**

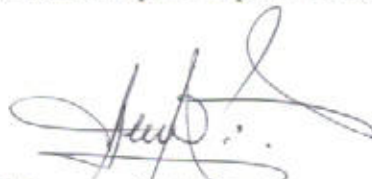
**Ao Presidente do Conselho Diretor**

**Manoel Augusto do Nascimento Filho**

**RELATORIO COM PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Cumprindo as determinações do Art. 60 do Estatuto, estamos encaminhando o Relatório deste Conselho sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2010, devidamente acompanhado do Parecer Técnico.

Após a apreciação do conteúdo, não existindo dúvidas sobre o teor do Relatório, solicitamos o seu encaminhamento ao conselho Deliberativo para as providencias finais.



**Gilson Antônio Barbosa**

**Presidente**



## JIQUI COUNTRY CLUB

Av. Ayrton Senna, S/N - N. Parnamirim, CEP: 59.150-000  
Fones: (084)208-1227/2309/1535 - Fax: 208-9228  
Parnamirim/RN - C. Postal: 2007 - 59.090-970  
Agência Ponta negra CNPJ: 08.512.063/0001-39

### RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

O conselho Fiscal do Jiqui Country Clube, reunido nos dias 10 e 11 de março, de posse dos documentos julgados necessários, inclusive cópia das demonstrações financeiras dos exercícios pretéritos 2008 e 2009, apreciou por amostragem a documentação alusiva ao exercício 2010 para formar o entendimento sobre a matéria e opinar sobre os itens do Balanço Geral, concluindo com seu parecer técnico para subsidiar a homologação do Conselho Deliberativo, apresentando a seguir os aspectos relevantes do Balanço Geral de 2010.

#### No ativo circulante

Os bens numerários (caixa e bancos) tiveram variações de 31,0% e 320,0% respectivamente, comparando os dois últimos exercícios, notadamente para fazer face a compromissos de curto prazo, principalmente às obrigações sociais provisionadas no exercício vincendas no exercício seguinte.

#### Créditos diversos

Esse grupo teve variação significativa 120% em relação ao exercício passado, destacando-se as operações com cartão de crédito e outros créditos.

#### Imobilizações

Os bens fixos, considerando a apropriação da depreciação linear de 3,2%, tornam o somatório dos elementos tecnicamente igual nos dois anos, porém nos valores absolutos ocorreram variações para mais nos seguintes: Móveis e Utensílios 12,9%, Máquinas e equipamentos 1,3%, computadores e periféricos 22,8% e Benfeitorias 8,5%.

*Stelvio* *[Assinatura]* *[Assinatura]*

### **Passivo circulante**

Fornecedores e Obrigações Sociais sofreram redução de 33,0% no exercício ao contrário do endividamento de CP que crescem 100,0% no exercício, particularizando-se empréstimos bancários e a obtenção de empréstimo junto a particulares devidamente analisados por este Conselho Fiscal com aprovação do Conselho Deliberativo.

### **Não circulante (Exigível LP)**

O grupo em questão variou 20% para mais em 2010 com destaque para a atualização do passivo fiscal junto a Prefeitura Municipal de Parnamirim (33,0%) e financiamento de longo prazo junto ao Bradesco de 100%, enquanto o financiamento junto ao Banco do Brasil decresceu 28,0% em decorrência da transferência para o Circulante das parcelas a serem liquidadas no exercício.

### **Pat. Líquido**

Recurso Próprio e Superávit do Exercício, representando o primeiro a dotação inicial dos associados acrescido até 2009 pelos superávits acumulados dos exercícios passados e o segundo, Superávit do Exercício atual que é o resultado líquido do exercício (efeito das receitas sobre as despesas) positivo em 34,0% sobre o exercício passado.

### **Demonstração do resultado do exercício**

A apuração deste grupo representa o resultado líquido da gestão, positivo ou negativo, de conformidade com o volume financeiro das operações que envolveram as receitas e as despesas da pessoa jurídica. No exercício em análise ocorreram operações que resultaram no somatório das receitas no valor de R\$ 1.738.599,92 e das despesas em R\$ 1.701.949,21 com resultado líquido de R\$ 36.650,71. Em comparação com o exercício passado, o volume das receitas foi de R\$ 1.570.476,36, 10,7% maior. As despesas de R\$ 1.543.114,92 ficaram também acima 10,2%, tendo o resultado líquido seguido a tendência R\$ 27.361,44, 34,0% acima do ano anterior. Deve-se considerar que a não obtenção de melhor resultado se deu em razão da recomendação deste Conselho Fiscal de promover a apropriação da depreciação que embora seja escritural (não financeira) teve implicação direta no resultado de R\$ 38.651,13 distribuídos pelo imobilizado acima de um ano de utilização.





### Aspectos da liquidez

De acordo com análise financeira obtida através dos índices de liquidez no exercício e, em comparação com esses índices no exercício passado, verificou-se um crescimento médio de 1,35% na capacidade de endividamento do clube. A capacidade financeira de curto prazo cresceu 280,0% enquanto os ativos garantem o montante das obrigações na proporção de 3,25 por 1,00 com crescimento de 2,5% em relação ao exercício passado. Considerando não ter ocorrido reavaliação de ativos (item 2 das recomendações desse Conselho), bem como a não adoção da competência do exercício na inadimplência do associado (item 1 das recomendações) que dariam importante incremento ao ativo e ainda, o crescimento das obrigações no período (90,8% no curto prazo e 14,5% no longo prazo), o patrimônio tem sido gerido segundo as regras estabelecidas, o que permite este Conselho Fiscal emitir sua opinião técnica sobre as Demonstrações Financeiras baseada na amostra documental julgada necessária e nos relatórios que complementaram sua análise na forma do parecer ao final apresentado:

### Recomendações:

1. Os relatórios financeiros dão conta da inadimplência de alguns associados que atinge, em média, a casa dos 40,0% da taxa de manutenção promovendo um ativo, que não vem sendo escriturado, da ordem de R\$ 26.891,30 mensal e R\$ 322.696,56 por ano, que deixa de ser registrado no balanço posto não se adotar o regime de competência do exercício para os ativos e sim o de caixa, o que torna os números equivocados para efeito de análise da liquidez. Recomendamos que sejam esse e outros ativos considerado no exercício atual, posto que no passivo já se utiliza a competência do exercício para obrigações.
2. Apesar de nossa recomendação (Relatório sobre as demonstrações financeiras 2009) não vimos o registro da reavaliação dos ativos, cujo impacto no patrimônio tem efeito direto na valorização dos títulos patrimoniais favorecendo diretamente todos os sócios dessa categoria.
3. O Relatório Anual da Diretoria, além de ser peça obrigatória na prestação anual de contas (Art. 54 Inciso X do Estatuto), é fundamental na divulgação das metas elegidas pela Diretoria a serem executadas durante o ano. É também de grande valia como elemento de informação para este Conselho. Por isso, recomendamos que seja feito por sabermos que é também do interesse desse Conselho Diretor manter o público em geral informado sobre suas ações.



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a smaller one below it.

4. Recomendamos que a variação patrimonial mantenha sua apresentação com o mesmo detalhamento dos exercícios anteriores , destacando os Recursos Próprios da a instituição, o Resultado do Exercício Passado a ser incorporado e o resultado do Exercício atual. Assim fica visualizado a composição do Patrimônio Líquido de forma simples e objetiva.
5. De acordo com as praticas contábeis geralmente aceitas, as notas explicativas devem destacar os elementos do balanço que foram expressivos no valor ou na aplicação, pois é a maneira clara de se informar o significado do valor dos elementos em destaque, como por exemplo, a nota 3 alusiva a Depreciação, a nota 4.2 sobre Obrigações Fiscais, a nota 6.1 Provisão para Tributos, a nota 12 Dpt. Hipico. Recomendamos adotar a sugestão.
6. É também recomendado não se aglomerar pequenos valores dos diversos elementos com a denominação de “diversos” se ultrapassar 10,0% do somatório do grupo, tão pouco, usar a expressão como se fora elemento do ativo, passivo ou resultado, como é o caso de: créditos diversos no ativo circulante, outras receitas na demonstração do resultado etc.

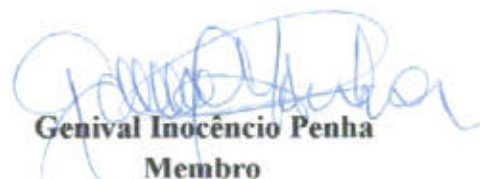
Natal, 15 de março de 2011



**Gilson Antônio Barbosa**  
Presidente



**Domilson Damásio**  
Membro



**Genival Inocêncio Peña**  
Membro

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Jiqui Country Clube - após examinar as peças que compõem as demonstrações financeiras de 2010 (ativo, passivo, patrimônio líquido, demonstração do resultado e as notas explicativas) e por amostragem a documentação e os relatórios financeiros pertinentes que julgaram necessários, encontrou todos em perfeita ordem o que permitiu a elaboração do seu Relatório Anual e Parecer Técnico, considerando todos os aspectos financeiros relevantes da gestão. Por esta razão concordam que os números representam com fidelidade a situação econômica financeira do clube em 2010 e assim emite Parecer favorável unânime recomendando a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo.

Natal, 15 de março de 2010



**Gilson Antônio Barbosa**

**Presidente**



**Domilson Damásio**

**Membro**



**Genival Inocêncio Penha**

**Membro**